ANEXO 02 MANUAL B3 DE PROCEDIMENTOS DO LEILÃO

ALIENAÇÃO DO CONTROLE DA COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL ("SULGÁS"), ATRAVÉS DA OFERTA DE LOTE ÚNICO DE 10.996.948 (DEZ MILHÕES, NOVECENTOS E NOVENTA E SEIS MIL, NOVECENTOS E QUARENTA E OITO) AÇÕES ORDINÁRIAS DA SULGÁS, REPRESENTATIVAS DE 51% (CINQUENTA E UM POR CENTO) DO CAPITAL SOCIAL DA SULGÁS DE PROPRIEDADE DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EDITAL DE LEILÃO Nº 01/2021

SÃO PAULO, AGOSTO DE 2021 B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO

SUMÁRIO

SUMÁRIO 2
INTRODUÇÃO
PREVALÊNCIA DO EDITAL4
DEFINIÇÕES E ABREVIAÇÕES5
DOCUMENTOS DA LICITAÇÃO5
SANEAMENTO DE DÚVIDAS5
CAPÍTULO 1 CORRETORAS CREDENCIADAS 6
ANEXO A - CONTRATO DE INTERMEDIAÇÃO ENTRE A PROPONENTE E A CORRETORA CREDENCIADA
CAPÍTULO 2 ENTREGA DOS DOCUMENTOS 8
LOCAL, DATA E HORA8
REPRESENTAÇÃO 8
FORMA DOS DOCUMENTOS9
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS10
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA14
PROPONENTE FUNDO DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES15
PROPONENTE ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR15
ANÁLISE DE VOLUMES17
REGRAS GERAIS17
CAUÇÃO EM DINHEIRO20
TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA21
SEGURO-GARANTIA22
FIANÇA BANCÁRIA23
ANÁLISE DO VOLUME 125
CAPÍTULO 4 SESSÃO PÚBLICA DO LEILÃO26
ABERTURA DO VOLUME 2, ABERTURA E CLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTAS26
PROPONENTES APTOS A PARTICIPAR DA SESSÃO26
REGRAS GERAIS26
DINÂMICA26
DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES27
1. LANCES À VIVA-VOZ27
RESOLUÇÃO DE EMPATE29
2. RESULTADO FINAL29
CAPÍTULO 5 HABILITAÇÃO30
ABERTURA E ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO30
VOLUME 330
CAPÍTULO 6 LIQUIDAÇÃO DO LEILÃO31
LOCAL, DIA E HORA31
VALOR31
DEPÓSITO EXCLUSIVO E SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ATIVOS31

AGENTE DE CUSTÓDIA E BANCO LIQUIDANTE	32
ANEXO A CONTRATO DE INTERMEDIAÇÃO ENTRE A CORRETORA CREDENCIADA E A PROPONENTE	
ANEXO B MODELO DE SEGURO-GARANTIA	38
ANEXO C MODELO DE FIANÇA BANCÁRIA	40
ANEXO D INFORMAÇÕES DO AGENTE DE CUSTÓDIA DA ADJUDICATÁRIA	43

INTRODUÇÃO

Este MANUAL de Procedimentos do Leilão, doravante chamado simplesmente "MANUAL B3", possui caráter informativo e complementar ao EDITAL.

No âmbito da fase externa do processo licitatório, a atuação da B3 limita-se ao suporte técnico relativo aos procedimentos operacionais inerente ao Leilão, tais como o apoio à Comissão no recebimento e análise de documentos, com exceção daqueles de habilitação técnica; suporte a saneamento de dúvidas quanto a procedimentos operacionais deste MANUAL B3 de Procedimentos do Leilão; organização e fornecimento de estrutura e atividades de apoio para as sessões realizadas em suas dependências; gestão e devolução de Garantias de Proposta; e publicação de EDITAL e do MANUAL B3 no site da B3.

Não compete à B3 atuar em atividades fundamentais à existência da licitação, nem ser a precursora de tomadas de decisões indelegáveis da Administração Pública, sendo estas atribuições prerrogativas exclusivas da Comissão de Licitação, a exemplo de questões relativas à participação de PROPONENTES; visitas técnicas; publicações de cunho oficial ou vinculante; alterações e divulgação de cronograma ou prazos; validação do aporte, gestão e/ou devolução de Garantias de Proposta na modalidade caução em dinheiro, em qualquer de suas formas de aporte; lavratura de atas, disponibilização de documentação para a consulta de interessados e/ou avaliar e julgar impugnações e recursos administrativos.

Nesse sentido, é importante esclarecer que toda e qualquer decisão relacionada ao Leilão compete única e exclusivamente ao ente público promotor do leilão e respectiva Comissão de Licitação.

A B3 reportará à Comissão de Licitação toda e qualquer questão decorrente de sua prestação de serviço.

A B3 não garante ou responsabiliza-se pelas ações ou omissões da Comissão de Licitação, de qualquer dos participantes do Leilão ou da Adjudicatária, permanecendo isenta de qualquer risco patrimonial decorrente do Leilão, não assumindo posição de contraparte garantidora ou de substituta de qualquer parte inadimplente.

PREVALÊNCIA DO EDITAL

Caso exista conflito entre as disposições deste Manual e as do EDITAL, prevalecerá o disposto no EDITAL.

DEFINIÇÕES E ABREVIAÇÕES

As definições utilizadas neste MANUAL B3 são as mesmas aplicadas ao EDITAL e demais anexos. Qualquer novo termo que porventura tenha sido utilizado neste Manual de Procedimentos não substitui ou invalida os termos adotados pelo EDITAL, os quais sempre prevalecerão.

DOCUMENTOS DA LICITAÇÃO

O EDITAL e demais documentos relativos ao Leilão serão oficialmente disponibilizados conforme previsto no preâmbulo do EDITAL.

Este MANUAL B3 poderá ser obtido nos *sites* indicados no item 1.1.85 do EDITAL, a saber: https://sema.rs.gov.br/privatizacoes e no *site* da B3, em www.B3.com.br/licitacoes, na seção "Licitações e Alienações".

SANEAMENTO DE DÚVIDAS

A qualquer momento, todos os interessados poderão sanear dúvidas sobre os procedimentos operacionais descritos neste MANUAL B3 junto à Superintendência de Processos Licitatórios, pelo endereço eletrônico <u>leiloes@b3.com.br</u> e/ou pelo telefone (11) 2565-6500, sendo que as respostas fornecidas pela B3 não são vinculativas, possuindo apenas caráter de orientação.

A B3 destaca que eventuais orientações fornecidas no âmbito da assessoria técnica especializada a licitações não constituem esclarecimentos aos Editais na acepção do artigo 40, VIII da Lei nº 8.666/93 e item 1.4- Dos Esclarecimentos sobre o EDITAL.

CAPÍTULO 1

CORRETORAS CREDENCIADAS

As PROPONENTES devem ser representadas por Corretoras Credenciadas em etapas junto à B3, inclusive aquele que vier a se tornar a Adjudicatária, no ato de pagamento da remuneração da B3.

Somente instituições participantes autorizadas na condição de Participantes de Negociação - PN e Participantes de Negociação Pleno - PNP podem representar PROPONENTES. Consulte lista divulgada no *site* da B3 (http://www.b3.com.br/pt/ br/produtos-e-servicos/participantes/busca-de-participantes/).

Cada Corretora Credenciada poderá representar somente uma PROPONENTE; e cada PROPONENTE somente poderá ser representado por uma única Corretora Credenciada.

ANEXO A - CONTRATO DE INTERMEDIAÇÃO ENTRE A PROPONENTE E A CORRETORA CREDENCIADA

A PROPONENTE deverá firmar contrato com uma Corretora Credenciada, conforme condições do Anexo A deste MANUAL B3.

Em caso de Consórcio, poderá ser firmado um contrato:

- entre todos os consorciados e a Corretora Credenciada, ainda que por intermédio de representante legal do Consórcio; ou
- contratos individuais entre cada consorciada e a Corretora Credenciada;
 ou
- entre a consorciada líder e a Corretora Credenciada, nos termos da outorga de poderes conferida à líder do Consórcio ou pelo Representante Credenciado da PROPONENTE.

Os poderes da CORRETORA CREDENCIADA serão verificados via cartão de assinaturas da B3.

Não havendo mandatários da CORRETORA CREDENCIADA com poderes suficientes para a celebração do Anexo A no âmbito do cartão de assinaturas da B3, poderão ser apresentados documentos de representação no ENVELOPE A.

Os poderes dos representantes legais das CORRETORAS CREDENCIADAS serão verificados no sistema da B3. Consulta prévia poderá ser realizada pelo Portal de Documentos pela própria CORRETORA CREDENCIADA, de acordo com as

orientações do item 2. Tela Principal e suas Funcionalidades, c) Consulta, do <u>Manual de Navegação.</u>

Caso o cadastro da CORRETORA CREDENCIADA esteja desatualizado, a CORRETORA CREDENCIADA poderá providenciar a sua atualização conforme as orientações do item 4. Realizar Solicitações, a) Incluir novo procurador ou b) Atualização de dados cadastrais e societários, do Manual de Navegação, conforme aplicável.

Na ausência de atualização cadastral, será admitida a entrega de documentos que comprovem seus poderes de representação, desde que apartados de qualquer envelope.

CAPÍTULO 2

ENTREGA DOS DOCUMENTOS

Nos termos do EDITAL, as PROPONENTES deverão apresentar na B3, no dia indicado no Cronograma previsto no item 5.63 do EDITAL, por representante das Corretoras Credenciadas:

- VOLUME 1 DECLARAÇÕES, DOCUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO E GARANTIA DE PROPOSTA;
- VOLUME 2 PROPOSTA ECONÔMICA; e
- VOLUME 3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

LOCAL, DATA E HORA

A documentação deve ser entregue na data e hora previstas no Cronograma do Leilão, presencialmente, na B3:

B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCÃO

Rua XV de Novembro, nº 275

Centro, São Paulo, SP, Brasil

REPRESENTAÇÃO

Os documentos deverão ser entregues por meio de representantes das Corretoras Credenciadas da PROPONENTE.

Na data para Entrega dos Documentos, a Comissão de Licitação receberá os Volumes 1, 2 e 3.

A Corretora Credenciada será responsável pela entrega dos volumes.

Os poderes de representação da Corretora Credenciada serão verificados via sistema da B3.

A verificação da situação cadastral dos representantes da Corretora Credenciada poderá ser realizada via <u>leiloes@B3.com.br</u>, mediante a informação do <u>nome</u> completo de seus representantes legais.

Apenas caso o cadastro da Corretora Credenciada junto à B3 não esteja atualizado, deverão ser entregues pela Corretora Credenciada documentos que comprovem seus poderes de representação, **em apartado de qualquer volume**,

uma vez que o Volume 1 somente será aberto após a identificação de poderes suficientes para a prática desse ato.

Ainda, em estando o cadastro desatualizado, a Corretora Credenciada poderá providenciar sua atualização junto à área de Cadastro da B3, via cadastro@b3.com.br, ficando dispensada a apresentação de documentos.

Na Entrega dos Volumes, a Corretora Credenciada deverá assinar juntamente com a B3 o protocolo de recebimento em pelo menos duas vias.

Não é necessário estar habilitado como operador de mesas de Bolsa para atuação como representante da Corretora Credenciada, bastando ser mandatário desta.

FORMA DOS DOCUMENTOS

A documentação deverá ser elaborada em observância aos requisitos abaixo:

- Em 2 (duas) vias idênticas e encadernadas separadamente, conforme o item 4.1 do EDITAL;
- Em língua portuguesa, conforme o item 1.6.1 do EDITAL;
- Documentos legalizados pela representação consular brasileira ou com aposição de apostila nos termos da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, acompanhados de tradução juramentada, conforme item 1.6.2 e 3.2 do EDITAL;
- Seguindo os modelos do EDITAL sempre que houver, conforme item 1.6.3 do EDITAL;
- No caso dos documentos da primeira via, em original ou cópia autenticada, salvo as Garantias de Proposta que deverão ser sempre entregues em sua forma original na 1ª via do Volume 1, conforme o item 4.1 do EDITAL;
- Contendo todas as páginas rubricadas por Representante Credenciado, conforme item 4.1 do EDITAL; e
- Com 1 (uma) via digitalizada dos documentos rubricados para cada via, em pendrive, sem restrições de cópia ou impressão, conforme item 4.1.1 do EDITAL.
- Contendo as páginas numeradas sequencialmente, e, ainda, conter, em cada uma das vias dos Volumes, termo de encerramento especificando a quantidade total de páginas da via, incluindo a capa, conforme item 4.1 do EDITAL;

Contendo rubrica de Representante Credenciado sobre o lacre dos envelopes, conforme o item 5.1.2 do EDITAL;

- Contendo documentos e certidões válidos na data de entrega, aceitas certidões emitidas até 90 (noventa) dias anteriores à data para Entrega dos Documentos, conforme item 4.1.3 do EDITAL;
- Em invólucros lacrados e identificados conforme item 5.1 do EDITAL;
- Serão admitidas assinaturas eletrônicas, desde que, no documento apresentado, constem meios hábeis para a verificação de sua autenticidade, expressamente indicados no documento em questão, conforme item 4.3.2 do EDITAL.

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

Os documentos devem ser entregues em cada um dos Volumes conforme exigido pelo EDITAL e resumido nas tabelas a seguir.

Cada Volume deve conter os documentos corretos, de maneira que não se misturem os documentos de Volumes diferentes, uma vez que serão abertos em momentos distintos ao longo do Leilão.

Devem ser observados os documentos comuns a todos os tipos de PROPONENTES, além daqueles específicos para cada tipo.

A PROPONENTE deverá disponibilizar todo e qualquer documento que decorra de exigência societária diretamente relacionada a seus atos constitutivos, bem como aqueles que decorrem de lei e que são condição de validade dos atos da Pessoa Jurídica, como por exemplo, mas não se limitando, aos Termos de Posse, autorizações do Conselho de Administração, dentre outros. Da mesma maneira, a PROPONENTE deverá cumprir com todas as obrigações contraídas oriundas de suas demonstrações contábeis, na forma da lei vigente.

TODOS OS TIPOS DE PROPONENTES

<u>Compõem documentos gerais a serem apresentados pelas PROPONENTES, observadas as especificidades contidas nos quadros seguintes:</u>

VOLUME 1	VOLUME 2	VOLUME 3

	VOLUME 1	VOLUME 2	VOLUME 3
TODAS AS PROPONENTES	Garantia de Proposta, mediante apólice de seguro garantia, carta de fiança bancária, e/ou comprovante do depósito em conta caução em dinheiro. No caso de caução de Título público federal, a confirmação será digital). Declarações de que trata o item 4.4 do EDITAL. Comprovação dos poderes de representação dos Representantes Credenciados acompanhados de Comprovação de poderes dos outorgantes, conforme instruções do item 4.5.2 e subitens do EDITAL. Contrato de intermediação celebrado com a Corretora Credenciada, nos termos do item 4.6.2 do EDITAL.	Proposta Econômica, conforme modelo do Anexo 4 do EDITAL e observadas as disposições do item 4.7. a 4.7.7 do EDITAL.	Documentos de HABILITAÇÃO JURÍDICA na forma dos itens 4.9.3 e subitens do EDITAL. Documentos de QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, nos termos do item 4.9.4 e subitens, do EDITAL. Documentos de REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, nos termos do item 4.9.5 e subitens, do EDITAL.

CONSÓRCIO

Além da documentação comum a todos os tipos de PROPONENTES, aquelas que estejam em Consórcio deverão entregar os seguintes documentos ou se atentar às especificidades do seu tipo:

	VOLUME 1	VOLUME 2	VOLUME 3
CONSÓRCIO	Comprovação dos poderes de representação dos Representantes Credenciados, conforme instruções do item 4.5.2.3 do EDITAL; e Comprovação de poderes dos outorgantes. Item 4.6.3.1 do EDITAL.		
O	Compromisso de Constituição de Consórcio, com conteúdo mínimo. Item 3.3.2 e subitens do EDITAL.		

ESTRANGEIRA

Além da documentação comum a todos os tipos de PROPONENTES, aquelas que sejam estrangeiras deverão entregar os seguintes documentos ou se atentar às especificidades do seu tipo:

	VOLUME 1	VOLUME 2	VOLUME 3
ESTRANGEIRA	Comprovação dos poderes de representação dos Representantes Credenciado, acompanhada de comprovação de poderes dos outorgantes.		Ato de registro ou autorização para seu funcionamento, expedido pelo órgão competente, se aplicável. Item 4.9.3.1, vii, do EDITAL.

VOLUME 1	VOLUME 2	VOLUME 3
Item 4.5.2.2 e subitens do EDITAL.		
Declaração de PROPONENTE estrangeira, na forma do item 4.4.1 do EDITAL, se for o caso.		Documentos equivalentes aos de PROPONENTES nacionais conforme a legislação de seu país de origem. Itens 4.9.2 e 3.2 e seguintes do EDITAL.

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Além da documentação comum a todos os tipos de PROPONENTES, aquelas que sejam instituições financeiras deverão entregar os seguintes documentos ou se atentar às especificidades do seu tipo:

	VOLUME 1	VOLUME 2	VOLUME 3
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA			Comprovação de autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil; e Demais documentos aplicáveis. Item 4.9.3.1 do EDITAL.

Além da documentação comum a todos os tipos de PROPONENTES, aquelas que sejam FIP deverão entregar os seguintes documentos ou se atentar às especificidades do seu tipo:

	VOLUME 1	VOLUME 2	VOLUME 3
FUNDO DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES			i) Cópia autenticada do instrumento de constituição e do inteiro teor do Regulamento em vigor, devidamente acompanhados de certidão comprobatória de seu registro em Cartório de Registro de Títulos e Documentos ou na CVM; ii)Cópia autenticada do comprovante de registro de funcionamento do FIP junto à CVM; iii)Prova de contratação de gestor, se houver, bem como de eleição do administrador em exercício; iv)Comprovante de registro do administrador e, se houver, do gestor do fundo de investimento, perante a CVM; v)Comprovação de que o FIP está autorizado a participar do Leilão e que o seu administrador pode representá-lo em todos os atos e para todos os efeitos, assumindo todas as obrigações e direitos. Item 4.9.3.1, C, do EDITAL.

PROPONENTE ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Além da documentação comum a todos os tipos de PROPONENTES, aquelas que sejam EPC deverão entregar os seguintes documentos ou se atentar às especificidades do seu tipo:

	VOLUME 1	VOLUME 2	VOLUME 3
ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR			Comprovação de autorização específica quanto à constituição e funcionamento, expedida pelo respectivo órgão fiscalizador; Declaração, da PREVIC do MPS, de que os planos e benefícios administrados não se encontram sob liquidação ou intervenção; e Demais documentos aplicáveis. Item 4.9.3.1 do EDITAL.

ANÁLISE DE VOLUMES

A análise de documentos será realizada pela Comissão de Licitação, com o apoio da B3, competindo exclusivamente à Comissão de Licitação a decisão acerca da aptidão da PROPONENTE para participar do Leilão.

Os resultados das análises serão divulgados pela Comissão de Licitação conforme as datas previstas no Cronograma do Leilão.

REGRAS GERAIS

A GARANTIA DE PROPOSTA pode ser aportada nas seguintes modalidades:

- Caução em Dinheiro: comprovante de depósito da caução em dinheiro efetuado em conta bancária indicada pela Alienante, observado o EDITAL, em especial o item 4.8.12, iii;
- Apólice de Seguro-Garantia: Apólice emitida por seguradora elegível, de acordo com os critérios estabelecidos no Edital, nos termos do item 4.8.5 e no modelo do Anexo B deste Manual B3;
- Títulos Públicos federais: comprovante transferência dos títulos elegíveis no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, para a conta mantida pela B3 no sistema, nos termos do EDITAL, nos termos do item 4.8.5; e
- Carta de Fiança Bancária: Carta-fiança emitida por banco, de acordo com o EDITAL, nos termos do item 4.8.6 e modelo do Anexo C deste Manual B3.

As PROPONENTES estão obrigadas a realizar depósito de garantias específico para a participação no Leilão. Eventuais garantias depositadas junto à B3 para outras operações das Corretoras Credenciadas não integrarão as Garantias de Proposta.

COMUNICAÇÃO

As Corretoras Credenciadas serão o ponto focal para tratar de assuntos relacionados a GARANTIAS DE PROPOSTA junto à B3. Aquelas, por sua vez, deverão comunicar-se com a PROPONENTE.

CONSÓRCIOS

Se a Proponente estiver em Consórcio, as garantias deverão ser prestadas por uma das consorciadas, conforme o regramento observado pelo Consórcio, dada a ausência de personalidade jurídica deste.

É admissível o aporte da Garantia de Proposta composta entre as consorciadas, desde que garantida a responsabilidade de todo o Consórcio sobre as obrigações contraídas por todas as consorciadas em razão da participação no Leilão, sendo vedado o instrumento que garanta apenas as obrigações de determinada consorciada.

A Garantia de Proposta deverá indicar em seu clausulado a denominação do Consórcio e indicar todos os seus membros, com as respectivas participações percentuais, independentemente de a Garantia de Proposta ter sido prestada por uma ou mais consorciadas.

As consorciadas, se desejarem, poderão escolher modalidades diferentes de Garantia de Proposta, a fim de compor o valor total da Garantia de Proposta.

O valor da Garantia de Proposta aportado por uma ou mais consorciadas independerá do percentual de sua participação no Consórcio.

FUNDOS DE INVESTIMENTO

Em caso de fundos de investimento, a garantia deverá ser prestada por seu administrador ou gestor, conforme previsto no regulamento do fundo.

MOEDA E VALOR

A Garantia de Proposta deve ser emitida em moeda corrente nacional (Real - BRL), conforme valor previsto no item 4.20 do EDITAL, qual seja, **R\$** 46.389.994,83 (quarenta e seis milhões, trezentos e oitenta e nove mil, novecentos e noventa e quatro reais e oitenta e três centavos).

VIGÊNCIA

Igual ou superior a 180 (cento e oitenta dias), contados a partir da data para apresentação dos volumes lacrados pelas PROPONENTES, ou seja, de 18/10/2021 a 15/04/2022, conforme o cronograma do item 5.63 do EDITAL.

Em atendimento à regulamentação aplicável a seguro-garantia, para que sejam contempladas as 24 (vinte e quatro) horas do período mínimo de vigência, deve haver o acréscimo de 1 (um) dia à data de início da vigência para atendimento ao item 19.2 da Circular nº 477/2013 da SUSEP. Ou seja, deverá vigorar de 17/10/2021 a 15/04/2022.

Em sendo caracterizada hipótese de renovação, a PROPONENTE deverá providenciar o instrumento de renovação por igual período, até o 5º dia útil antes do término de sua vigência, nos termos do item 4.8.2.2 do EDITAL.

VALORAÇÃO E MANUTENÇÃO

A B3 avaliará constantemente, durante a permanência das Garantias de Proposta sob sua custódia, o valor econômico e a aderência aos requisitos do EDITAL, inclusive do emissor, podendo recomendar à Comissão de Licitação a manutenção e/ou substituição das GARANTIAS DE PROPOSTA, caso julgue que quaisquer destas sofreram ou estão por sofrer deterioração no valor ou na qualidade.

Neste caso, a B3 informará a Comissão de Licitação, que poderá estabelecer um prazo para que a PROPONENTE promova sua manutenção e/ou substituição, cabendo exclusivamente à Comissão de Licitação decidir ou não pela recomposição.

MOVIMENTAÇÃO

A B3 somente movimentará GARANTIAS DE PROPOSTA mediante ordem expressa e formal da Comissão de Licitação.

DEVOLUÇÃO

Todas as Garantias de Proposta aportadas que estejam sob a guarda da B3, ou seja, todas as modalidades de garantia exceto caução em dinheiro, serão devolvidas pela B3 à Corretora Credenciada ou esta será comunicada de que a garantia aportada não mais se encontra sob custódia e gestão da B3, em se tratando de seguro-garantia, tendo em vista que se trata de instrumento com certificação digital.

A B3 não se responsabilizará pela devolução da Garantia de Proposta que for depositada na forma de caução em dinheiro, devendo esta ser realizada após a solicitação de ofício de liberação à Comissão de Licitação.

EXECUÇÃO

As Garantias de Proposta poderão ser executadas em favor da beneficiária, mediante notificação do Estado, com apoio operacional da B3, nas hipóteses aventadas no item 4.8.15 e 7.1 do EDITAL.

Sempre que se verificar uma ou mais condições ali previstas, a Comissão de Licitação terá a prerrogativa de executar as Garantias de Proposta, sem prejuízo de outras penalidades previstas em Lei e no EDITAL.

RENOVAÇÃO

No caso de renovação, o instrumento de garantia vincendo deverá ser substituído por instrumento válido e vigente, nos termos do EDITAL, ou deverá ser apresentado instrumento de manutenção, como endosso, em caso de segurogarantia ou aditivo, em caso de fiança bancária.

SUBSTITUIÇÃO

Após a data e o horário limites para entrega de envelopes, as Garantias de Proposta somente poderão ser modificadas ou substituídas mediante expressa e prévia anuência da Comissão de Licitação ou no momento de sua renovação, e/ou para recomposição das condições de exequibilidade.

A B3 somente procederá à devolução das garantias substituídas após a efetivação do depósito das garantias substitutas.

CAUÇÃO EM DINHEIRO

A PROPONENTE que optar por apresentar a Garantia de Proposta sob a forma de caução em dinheiro, não terá sua Garantia de Proposta depositada no ambiente de custódia da B3.

O comprovante da caução em dinheiro, efetuada nos termos do item 4.8.12, iii do EDITAL, deverá ser estar contido no Volume 1 e a regularidade do aporte será verificada diretamente pela Comissão de Licitação.

FORMA DE ENTREGA

A Garantia de Proposta deve ser entregue através do comprovante de depósito em seu formato original no Volume 1.

FORMA DE DEPÓSITO E APORTE

A PROPONENTE que optar por entregar a Garantia de Proposta sob a forma de caução em dinheiro deverá enviar um e-mail para os contatos disponíveis em EDITAL contendo uma solicitação de orientações para a operacionalização do depósito.

A PROPONENTE não efetuará o aporte junto à B3. O aporte deverá ser efetuado em agência da Caixa Econômica Federal.

Em razão do prazo de compensação, somente serão aceitos como Garantia de Proposta, os recursos sob a guarda da Comissão de Licitação até o prazo limite da data de Entrega dos Documentos descrita no Cronograma do Leilão.

TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA

Títulos públicos aceitos, conforme previsto no EDITAL:

- · Letras do Tesouro Nacional (LTN);
- Letras Financeiras do Tesouro (LFT);
- Notas do Tesouro Nacional Série B (NTN-B);
- Notas do Tesouro Nacional Série C (NTN-C); e
- Notas do Tesouro Nacional Série F (NTN-F).

TRANSFERÊNCIA E BLOQUEIO DOS TÍTULOS

Trata-se de procedimento de transferência dos títulos, da conta de custódia para a conta sintética da B3, para bloqueio escritural.

Essa transferência deve ser solicitada à instituição financeira a que esteja vinculada a posição de títulos, que não necessariamente deve ser a CORRETORA CREDENCIADA que a representa na LICITAÇÃO.

Em virtude dos prazos de transferência do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, somente serão aceitos como garantia, títulos disponíveis sob guarda da B3, naquele sistema, no prazo de aporte indicado no EDITAL.

Informações relevantes sobre a operação:

- Trata-se de uma "operação sem financeiro", denominada "1023";
- Realizada via SELIC;
- Transferência para a conta mantida pela B3 nesse sistema;
- Alocação dos títulos na modalidade "outros";
- A instituição financeira executará o comando de transferência; e
- A B3 providenciará a correspondência do lançamento no SELIC, para posterior confirmação do depósito no Sistema de Garantias da B3 (NGA).

A B3 requisita as seguintes informações para verificação do aporte:

- Dados dos títulos que estão sendo transferidos;
- Razão social e código da instituição financeira intermediadora, na qual a LICITANTE detém sua posição de títulos; e
- Código de cliente e da conta da LICITANTE no Sistema de Garantias da B3 (NGA).

Essas informações poderão ser obtidas junto ao *backoffice* da instituição financeira a que esteja vinculada a posição de títulos.

As instituições financeiras que possuam cadastro no sistema e que intermediarem a transferência dos títulos poderão confirmá-la por meio do site https://clearing3.bvmfnet.com.br/Garantias/.

<u>VALORAÇÃO</u>

Os títulos públicos transferidos para a conta de garantia da B3 serão valorados diariamente para aferição de seu valor econômico, conforme definido pelo Ministério da Economia e apurado pela B3.

A B3 poderá informar a Comissão de Licitação, a qualquer momento, sobre a necessidade da recomposição de títulos com a intenção de manter inalterado o valor exigido pelo EDITAL para a Garantia de Proposta.

SEGURO-GARANTIA

Caso o aporte seja realizado nessa modalidade, a apólice de seguro-garantia deverá estar contida no Volume 1.

Serão aceitos seguros-garantia, desde que:

- Emitidos por seguradoras;
- A apólice correspondente indique o Estado do Rio Grande do Sul como beneficiário;
- Sejam respeitadas as diretrizes do Anexo C deste MANUAL;
- A apólice indique a composição do CONSÓRCIO, se aplicável;
- Seja prestada por consorciada devidamente constituída e com personalidade jurídica própria, se CONSÓRCIO;
- Sigam estritamente o disposto na Circular SUSEP nº 477, de 30 de setembro de 2013 e demais condições vigentes estipuladas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, inclusive quanto à contagem do prazo de vigência;
- Não sejam acrescentadas cláusulas que eximam a PROPONENTE de suas responsabilidades, salvo as oriundas do modelo da Circular SUSEP nº 477/2013 e posteriores alterações;
- Se assinada eletronicamente, a apólice contenha meios para validação;
- Se assinada manualmente, contenha reconhecimento de firmas; e
- As apólices contenham certificação digital passível de verificação de sua autenticidade no site da seguradora ou da SUSEP.

FIANÇA BANCÁRIA

Caso o aporte seja realizado nessa modalidade, a carta de fiança bancária deverá estar contida no Volume 1.

Serão aceitas fianças bancárias, desde que:

- Emitidas por bancos comerciais, de investimento e/ou múltiplos, autorizados a funcionar no Brasil, segundo a legislação brasileira e o regulamento próprio do setor financeiro;
- Os bancos emissores estejam classificados entre o primeiro e o segundo piso, ou seja, entre "A" e "B", na escala de rating de longo prazo de ao menos uma das agências de classificação de risco, Fitch Ratings, Moody's ou Standard & Poors;
- Os bancos observem as vedações do Conselho Monetário Nacional quanto aos limites de endividamento e diversificação do risco;

- Sejam respeitadas as diretrizes do modelo do Anexo C;
- Não sejam acrescentadas cláusulas que eximam a PROPONENTE de suas responsabilidades;
- Contendo firmas dos representantes legais do fiador reconhecidas;
- Contendo assinaturas de duas testemunhas;
- Contendo rubrica no anverso e nas demais páginas que não contenham assinaturas;
- Seja entregue em sua forma original, n\u00e3o sendo aceitas c\u00f3pias de qualquer natureza; e
- O banco possua sistema EMVIA, para verificação de autenticidade pela B3.

PODERES DOS REPRESENTANTES LEGAIS DO EMISSOR DE GARANTIAS

Para comprovação dos poderes dos signatários da garantia, faculta-se a utilização do cadastro da instituição emissora na B3, conforme indicações a seguir.

As instituições que possuem cadastro atualizado na B3 estão dispensadas do envio de documentos comprobatórios de representação.

Consulta prévia poderá ser realizada pelo Portal de Documentos pela própria CORRETORA CREDENCIADA, de acordo com as orientações do item 2. Tela Principal e suas Funcionalidades, c) Consulta, do <u>Manual de Navegação</u>.

A instituição emissora poderá atualizar o seu cadastro conforme as orientações do item 4. Realizar Solicitações, a) Incluir novo procurador ou b) Atualização de dados cadastrais e societários, do <u>Manual de Navegação</u>.

Caso a instituição:

- não possua cadastro e queira cadastrar-se, deverá solicitar o seu cadastro nos termos do item 1. Acesso à Plataforma, a. Empresas candidatas a participantes, do <u>Manual de Navegação</u>; ou
- não possua cadastro esteja atualizado na B3 em tempo hábil, as LICITANTES poderão, alternativamente (i) apresentar Certidão dos Administradores, emitida pela SUSEP, no caso de seguro-garantia; ou (ii) apresentar comprovação dos representantes legais, emitida no site do Banco Central, em caso de fiança bancária. Os documentos poderão constar no ENVELOPE A Garantia de Proposta e/ou ser enviados por email, em possuindo certificação digital, conforme o caso.

ANÁLISE DO VOLUME 1

Esgotado o prazo para aporte dos envelopes, serão realizadas a abertura e a análise do Volume 1, sendo que esta ocorrerá em ambiente reservado.

A análise será realizada pela Comissão de Licitação, com o apoio da B3, competindo exclusivamente à Comissão de Licitações a decisão sobre a aceitabilidade da documentação, bem como a decisão pela promoção de diligências e/ou saneamento de falhas para eventual regularização que entender necessária, inclusive por intermédio da B3.

CAPÍTULO 4 SESSÃO PÚBLICA DO LEILÃO

ABERTURA DO VOLUME 2, ABERTURA E CLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTAS

Deverá constar no Volume 2 a Proposta Econômica conforme o modelo constante do Anexo 4 – Modelo de Proposta Econômica, acompanhada de termo de encerramento.

Na Sessão Pública do Leilão, serão abertos os Volumes 2 entregues na Entrega dos Documentos, das PROPONENTES aptas. Em seguida, haverá a classificação das Propostas Econômicas e eventual fase de apregoação de lances à viva-voz pelos operadores das Corretoras Credenciadas e a aplicação de critérios legais para desempate, se necessário.

PROPONENTES APTOS A PARTICIPAR DA SESSÃO

As PROPONENTES que, nos termos do EDITAL e anexos, atenderem a todos os requisitos aplicáveis, estarão aptas a participar da Sessão Pública do Leilão, conforme o melhor entendimento da Comissão de Licitação.

REGRAS GERAIS

A Sessão Pública do Leilão será conduzida pela B3 em suas dependências, em nome da Comissão de Licitação, segundo os ditames do EDITAL.

A sessão será transmitida publicamente, ao vivo, a partir do horário de seu início, no site www.tvB3.com.br.

Na Sessão Pública do Leilão, a intermediação entre a B3 e a PROPONENTE deve ser realizada pela Corretora Credenciada.

Cada Corretora Credenciada poderá indicar, até o segundo dia útil anterior à Sessão Pública do Leilão, por e-mail à <u>leiloes@b3.com.br</u>, os membros da PROPONENTE que estarão presentes na Sessão Pública do Leilão e que ocuparão a área restrita próxima ao púlpito.

O acesso à área restrita a investidores será controlado para garantir a isonomia, o sigilo das comunicações e o conforto dos presentes na Sessão Pública do Leilão.

DINÂMICA

O Diretor da Sessão fornecerá as informações necessárias para a condução e o bom entendimento do procedimento, nos termos do EDITAL.

A Sessão Pública do Leilão ocorrerá com a abertura dos Volumes 2, análise e classificação das Propostas Econômicas neles contidas, eventual viva-voz, resolução de desempate e ratificação das propostas, se houver viva-voz.

O Diretor Da Sessão solicitará à Comissão de Licitação a entrega dos Volumes 2 apresentados pelas PROPONENTES.

Após a leitura das Propostas Econômicas, estas serão exibidas no ambiente da Sessão Pública do Leilão, pelo sistema da B3.

DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Após divulgadas, as Propostas Econômicas serão ordenadas em sequência decrescente, do maior valor para o menor, respeitado o Valor Econômico Mínimo indicado no EDITAL.

1. LANCES À VIVA-VOZ

Poderá haver sessão de apregoação de lances à viva-voz caso haja duas ou mais propostas com diferença igual ou inferior a 20% (vinte por cento) da maior proposta da maior proposta. Caso não haja ao menos 3 (três) propostas neste intervalo, serão classificadas para o viva-voz as PROPONENTES que houverem ofertado as maiores Propostas Econômicas escritas.

Não havendo interesse das PROPONENTES em apregoar propostas à viva-voz, será verificada a proposta com maior valor.

Havendo interesse na apregoação, a disputa prosseguirá entre as PROPONENTES classificadas para o viva-voz enquanto perdurar o interesse na apregoação de lances.

As ofertas à viva-voz devem:

- respeitar o intervalo mínimo entre lances, que será determinado pelo Diretor da Sessão e terá como base o último valor ofertado pela própria PROPONENTE;
- deverá alterar a classificação da PROPONENTE no resultado provisório do Leilão; e
- não poderá ter valor idêntico ao lance de outra PROPONENTE, sendo admitidos lances intermediários.

Exemplos com valores aleatórios:

Suponhamos que temos 5 (cinco) PROPONENTES:

Valores 100 95 80 70 60

Somente as três melhores serão convocadas ao viva-voz, visto que as demais não observaram o critério de diferença igual ou inferior a 20%, razão pela qual não poderia haver mais de três PROPONENTES no viva-voz.

Agora, suponhamos que temos outras 5 (cinco) PROPONENTES:

Valores	100	<mark>95</mark>	91	80	79	

Nota-se que há 4 PROPONENTES na competição à viva-voz, porque a 4ª oferta observa o corte de 20%.

Neste caso, não é necessária a aplicação do critério das 3 melhores ofertas, visto que há uma quantidade maior do que 3 PROPONENTES classificadas para apregoação à viva-voz.

Neste outro cenário, temos as seguintes propostas:

Valores	100	40	<mark>35</mark>	20	18

As três melhores ofertas serão convocadas ao viva-voz, e será afastada a aplicação do corte de 20%, visto que não há PROPONENTES atendendo a este critério de corte.

Ao serem declaradas aptas a participar do viva-voz, as PROPONENTES poderão manifestar interesse ao Diretor da Sessão em não apregoar lances ou prosseguir com a apregoação de lances verbais à viva-voz.

Não havendo interesse das PROPONENTES em apregoar propostas à viva-voz, será verificado o maior valor para definição da PROPONENTE vencedora.

A disputa prosseguirá entre as PROPONENTES aptas ao viva-voz enquanto perdurar o interesse na apregoação de lances.

RESOLUÇÃO DE EMPATE

Havendo empate entre os valores das propostas econômicas escritas apresentadas nos Volume 2 e não sendo apregoados lances à viva-voz, o empate será resolvido a realização de sorteio, sendo a primeira PROPONENTE sorteada a melhor classificada.

2. RESULTADO FINAL

A PROPONENTE melhor classificada será aquela que ofertar a maior oferta de preço, correspondente ao valor em R\$ (Reais) pela aquisição das ações objeto do Leilão.

Obedecendo-se a todas as fases anteriores, a PROPONENTE vencedora será imediatamente declarada pelo Diretor da Sessão, em nome da Comissão de Licitação e se houver etapa de lances à viva-voz, todos as PROPONENTES deverão ratificar suas propostas finais mediante assinatura de termo de ratificação a ser emitido pela Comissão de Licitação, nos termos do Anexo 7 – Modelo de Ratificação de Lance.

Os Representantes Credenciados deverão estar presentes neste momento para a assinatura do referido documento, devendo apresentar-se perante a Comissão de Licitação, estando dispensadas as Corretoras Credenciadas.

CAPÍTULO 5 HABILITAÇÃO

ABERTURA E ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Declarado o resultado da Sessão Pública do Leilão, haverá a abertura do Volume 3 do PROPONENTE vencedor.

Os documentos do Volume 3 entregue pela PROPONENTE vencedora serão analisados posteriormente, em ambiente restrito.

A B3 não realiza a análise da habilitação técnica.

Após a devida verificação dos documentos apresentados, a B3 entregará relatório não vinculativo à Comissão de Licitação para apreciação e eventual adoção de diligências e/ou saneamento de falhas.

Caberá à Comissão de Licitação decidir sobre a regularidade da habilitação.

Concluída a análise do Volume 3 do PROPONENTE, a Comissão de Licitação proferirá e divulgará sua decisão acerca do resultado da análise, nos termos do cronograma constante do item 5.15 do EDITAL.

Em caso de inabilitação da PROPONENTE, as demais PROPONENTES, sucessivamente, conforme a ordem de classificação, poderão ter seus Volumes 3 analisados, até que uma das PROPONENTES cumpra todos os requisitos do EDITAL.

VOLUME 3

Devem ser observados os documentos comuns a todos os tipos de PROPONENTES, além daqueles específicos para cada tipo, de acordo com o que consta no EDITAL.

CAPÍTULO 6 LIQUIDAÇÃO DO LEILÃO

A B3 prestará o serviço de Liquidação do Leilão, por entrega contra pagamento, efetuando a transferência dos recursos financeiros entre os bancos liquidantes envolvidos e, em contrapartida, transferindo as ações do Objeto do Leilão depositadas pelos Agentes de Custódia da Alienante para o Agente de Custódia da Adjudicatária.

Os serviços da Liquidação do Leilão serão prestados pelo módulo bruto, ou seja, a B3 não atuará como contraparte central garantidora, conforme regulamentação aplicável.

Eventuais ativos depositados junto à B3 para outras operações da Adjudicatária e da Alienante não se confundem com os ativos da Liquidação do Leilão.

Considerando a regulamentação aplicável, destaca-se que a B3 não opera diretamente com investidores finais, tampouco operacionaliza pagamentos por meio de transferências bancárias (TED), depósito bancário ou emissão de boleto bancário.

LOCAL, DIA E HORA

A Liquidação do Leilão ocorrerá eletronicamente, por entrega contra pagamento, na data indicada no Cronograma do Leilão, em eventos distribuídos ao longo do dia.

VALOR

O valor da Liquidação do Leilão, a ser pago pela Adjudicatária, incluirá: (i) o valor da liquidação do objeto do Leilão; (ii) o valor do pagamento de remuneração da B3, na importância indicada no item 5.7.6, (ii); e (iii) a taxa de distribuição de ativos que consiste em 0,035% do montante a ser liquidado, nos termos do item 5.9.3.

Estes valores deverão ser formalmente confirmados, pela Comissão de Licitação à B3 anteriormente ao início dos procedimentos da Liquidação do Leilão.

Caso a Adjudicatária seja um Consórcio, o somatório dos pagamentos em nome das consorciadas deve permitir a Liquidação do Leilão conforme previsto no EDITAL. Caso contrário, a Liquidação do Leilão não será realizada.

DEPÓSITO EXCLUSIVO E SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ATIVOS

Para a operacionalização da Liquidação do Leilão pela B3, faz-se necessário:

- O Depósito Exclusivo das ações do objeto do Leilão pelo Estado, previamente à Sessão Pública do Leilão, junto à Central Depositária da B3, nos termos de seus normativos; e
- O registro da operação no Sistema de Distribuição de Ativos (DDA) da B3.

AGENTE DE CUSTÓDIA E BANCO LIQUIDANTE

A B3 utiliza o Sistema de Transferência de Reservas (STR) do Banco Central do Brasil para a transferência de recursos financeiros relacionados aos procedimentos de liquidação, sendo necessário, para a realização de tais procedimentos, que a Adjudicatário e o Estado possuam Agente de Custódia e respectivo banco liquidante para que a transferência dos recursos e das ações possa ser realizada.

Faz-se necessário que a Adjudicatária e o Estado possuam Agentes de Custódia devidamente habilitados como parte dos procedimentos de Liquidação do Leilão.

O Agente de Custódia deve ser informado à B3 pela Adjudicatária, através do Anexo D deste manual preenchido, assinado e com firmas reconhecidas. Anteriormente ao início dos procedimentos da Liquidação do Leilão, o documento deve ser enviado digitalizado ao e-mail leiloes@b3.com.br e em sua forma física, autêntica, à:

B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROCESSOS LICITATÓRIOS
RUA XV DE NOVEMBRO, 275, 8º ANDAR
CENTRO, SÃO PAULO, SP, BRASIL
CEP 01013-001

ANEXO A CONTRATO DE INTERMEDIAÇÃO ENTRE A CORRETORA CREDENCIADA E A PROPONENTE

REFERÊNCIA: EDITAL DE LEILÃO Nº 01/2021 - ALIENAÇÃO DO CONTROLE DA COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL ("SULGÁS"), ATRAVÉS DA OFERTA DE LOTE ÚNICO DE 10.996.948 (DEZ MILHÕES, NOVECENTOS E NOVENTA E SEIS MIL, NOVECENTOS E QUARENTA E OITO) AÇÕES ORDINÁRIAS DA SULGÁS, REPRESENTATIVAS DE 51% (CINQUENTA E UM POR CENTO) DO CAPITAL SOCIAL DA SULGÁS DE PROPRIEDADE DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

[preencher com a denominação social da Corretora Credenciada], sociedade com sede na [preencher com a sede social da Corretora Credenciada], [preencher com a cidade e estado da Corretora Credenciada], inscrita no CNPJ/ME nº [preencher com o CNPJ da Corretora Credenciada], neste ato representado na forma de seu ato constitutivo; e

[preencher com a denominação social da PROPONENTE], com sede na [preencher com a sede social da PROPONENTE], [preencher com a cidade e estado da PROPONENTE], inscrita no CNPJ/ME nº [preencher com o CNPJ da PROPONENTE], neste ato representado na forma de seu ato constitutivo;

RESOLVEM celebrar o presente, para intermediação da PROPONENTE por Corretora Credenciada para a participação no Leilão em epígrafe.

- 1. A PROPONENTE e a Corretora Credenciada declaram conhecer, acatar e adimplir, sem ressalvas, todos os termos, normas, obrigações, condições, formas e prazos dos documentos relativos ao Leilão, os quais, para todos os fins, são parte integrante deste contrato, e, portanto, permitem a adoção dos mesmos significados das expressões:
 - EDITAL, Anexos e MANUAL B3 de Procedimentos do Leilão;
 - · Cronograma;
 - Documentos e alterações expedidas pela Comissão de Licitação; e
 - Subsidiariamente, as normas e procedimentos da B3, relativas a leilões em geral.

- 2. As partes comprometem-se a entregar, a PROPONENTE à Corretora Credenciada, e a Corretora Credenciada à Comissão de Licitação, na B3 ou à B3, conforme aplicabilidade e cronograma do EDITAL:
 - Volumes 1, 2 e 3;
 - Ofertas à viva-voz, se desejar; e
 - Remuneração da B3, se assim acordado entre as partes.
- 3. A Corretora Credenciada indica desde já seus operadores, para atuarem na Sessão Pública do Leilão:
 - Operador principal: [Nome completo do operador], inscrito no CPF [número do CPF do operador]; e
 - Operador contingência: [Nome completo do operador], inscrito no CPF [número do CPF do operador].
 - 3.1. A credencial do operador da Corretora Credenciada deverá ser retirada 30 (trinta) minutos antes do início da Sessão Pública do Leilão, diretamente com o Diretor da Sessão ou representante da B3. Ao término da sessão, a credencial deve ser devolvida no mesmo local em que foi retirada.
- 4. A Corretora Credenciada é obrigada como responsável e principal pagadora da remuneração da B3, nos termos do EDITAL e do MANUAL B3 de Procedimentos do Leilão.
- 5. A taxa de corretagem da Corretora Credenciada, para a realização da intermediação, objeto deste contrato, é livremente pactuada entre as partes em [preencher com as condições comerciais acordadas entre as partes].
- 6. A Corretora Credenciada não se responsabiliza pela não inclusão da PROPONENTE no rol de aptos e/ou habilitados para o Leilão.
- 7. A PROPONENTE reconhece e autoriza o bloqueio compulsório e/ou a execução, pela Comissão de Licitação e/ou B3, conforme aplicável, de ativos aceitos como Garantia de Proposta, de acordo com o EDITAL e o MANUAL B3 de Procedimentos do Leilão.
- 8. A execução de Garantia de Proposta será feita mediante alienação, prática, ato, forma, modo, inclusive extrajudicial, que for mais eficaz para obtenção dos recursos necessários ao bom adimplemento das obrigações contraídas pela PROPONENTE em virtude de sua participação no Leilão.
- A PROPONENTE, por este instrumento, outorga em caráter irrevogável e irretratável à Corretora Credenciada, poderes especiais para representá-la perante a B3, os demais PROPONENTES, instituições bancárias ou não, Banco Central do Brasil,

entre outras entidades públicas ou sistemas centralizados ou de custódia, a fim de exercer todos os direitos e assumir todas as obrigações decorrentes do Leilão que por sua conta e ordem deverão ser adimplidas na forma deste contrato, do EDITAL e do MANUAL B3 de Procedimentos do Leilão, podendo, para tanto, instruir documentos pertinentes à operação e ao procedimento de sua liquidação financeira de todo e qualquer ativo utilizado como meio de pagamento ou garantia, acordar, transferir, receber e dar quitação, firmar compromissos, emitir, sacar e assinar títulos e documentos em nome da PROPONENTE, bem como transigir e praticar todos os demais atos necessários à utilização de Garantia de Proposta, nos termos do EDITAL e do MANUAL B3 de Procedimentos do Leilão, ficando, por fim, outorgado e sem reservas à B3 idênticos poderes conferidos à Corretora Credenciada, independentemente da ordem de nomeação supra, para, por conta e ordem da Comissão de Licitação, praticar os atos necessários e relativos à promoção, administração, compensação e liquidação dos meios de pagamento e garantias que a qualquer título lhe forem entregues, nos termos do EDITAL e do MANUAL B3 de Procedimentos do Leilão.

- 10. O presente contrato terá sua vigência terminada a partir do advento de ambos os eventos:
 - retirada de Garantia de Proposta pela Corretora Credenciada da B3 e devolução a PROPONENTE; e
 - confirmação do recebimento da remuneração da B3.
- 10.1. Ainda que haja a rescisão, ficam resguardados os direitos adquiridos pelas partes e a produção de todos os efeitos decorrentes da celebração deste contrato quanto às obrigações pendentes, até que sejam devidamente quitadas.
- 11. Toda e qualquer omissão ou tolerância das partes em relação aos direitos e obrigações decorrentes deste contrato, não importará, salvo disposição expressa em contrário, em renúncia a tais direitos, nem se constituirá em alteração ou novação ao presente contrato.
- 12. O presente contrato obriga, também, a todos os herdeiros e sucessores das partes.
- 13. A Corretora Credenciada se compromete a manter sigilo quanto à identificação e informações relativas a PROPONENTE, apenas revelando-as à B3, à Comissão de Licitação, na forma e para os fins deste contrato.
- 14. A PROPONENTE se compromete a manifestar expressamente à Corretora Credenciada qualquer alteração de suas condições ou informações, para a atuação desta e considerado o devido enquadramento e observância das condições de participação no Leilão, junto à B3, à Comissão de Licitação.

- 15. Fica eleito o foro da cidade de São Paulo como o competente para dirimir as dúvidas supervenientes, ressalvado a opção da Corretora Credenciada, quando autor da ação, de ajuizá-la no domicílio da PROPONENTE, se este for diverso do dela.
- 16. As dúvidas e controvérsias advindas deste contrato serão dirimidas pela B3, ouvida a Comissão de Licitação, previamente a eventual interpelação judicial, feita por qualquer das partes.

E por estarem as partes contratantes no mais absoluto acordo e entendimento, assinam o presente instrumento em [preencher com a quantidade de vias negociadas entre as partes, considerando as necessárias na documentação da licitação] vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo nomeadas e assinadas, para que se produzam todos os seus efeitos e fins.

São Paulo, de de 2021.					
Assinaturas dos representantes legais, com firmas reconhecidas					
[Nomes dos representantes legais]					
[Razão social da PROPONENTE]					
Assinaturas dos representantes legais da Corretora Credenciada com firmas reconhecidas					
[Nomes dos representantes legais da Corretora Credenciada]					
[Razão social da Corretora Credenciada]					
Testemunhas:					
Nome:	Nome:				
R.G.:	R.G.:				

ANEXO B

MODELO DE SEGURO-GARANTIA

Se Consórcio, a PROPONENTE deverá indicar em sua qualificação a composição do Consórcio e suas respectivas qualificações. Se fundo de investimento, deverá indicar a denominação social de seu administrador e/ou gestor, conforme aplicável.

1 Tomador

1.1 PROPONENTE.

2 Segurado

2.1 ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

2.2 CNPJ/ME n.º 87.934.675/0001-96

3 Objeto do Seguro

3.1 Garantir a indenização, no montante indicado nesta apólice, no caso de a PROPONENTE descumprir quaisquer de suas obrigações decorrentes da Lei ou do EDITAL de Leilão n.º 01/2021 – ALIENAÇÃO DO CONTROLE DA COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL ("SULGÁS"), ATRAVÉS DA OFERTA DE LOTE ÚNICO DE 10.996.948 (DEZ MILHÕES, NOVECENTOS E NOVENTA E SEIS MIL, NOVECENTOS E QUARENTA E OITO) AÇÕES ORDINÁRIAS DA SULGÁS, REPRESENTATIVAS DE 51% (CINQUENTA E UM POR CENTO) DO CAPITAL SOCIAL DA SULGÁS DE PROPRIEDADE DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, incluindo a recusa em assinar o Contrato de Compra e Venda de Ações, não atendimento das exigências para a sua assinatura, nas condições e no prazo estabelecidos no referido EDITAL, e em qualquer das hipóteses previstas neste EDITAL.

4 Instrumento

4.1 Apólice de Seguro-garantia emitida por seguradora devidamente constituída e autorizada a operar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, observando os termos da Circular SUSEP n.º 477/2013, ramo 0775, Modalidade I – Seguro-garantia do Licitante e demais atos normativos da SUSEP aplicáveis a seguro-garantia.

5 Valor da Garantia

5.1 A Apólice de Seguro-garantia deverá prever o montante de indenização de R\$ 46.389.994,83 (quarenta e seis milhões, trezentos e oitenta e nove mil, novecentos e noventa e quatro reais e oitenta e três centavos).

6 Prazo

6.1 A Apólice de Seguro-garantia deverá ter prazo mínimo de vigência de 180 (cento e oitenta) dias a contar da Entrega dos Documentos. Em atendimento à cláusula 19.2 da Circular SUSEP n.º 477/2013, deverá vigorar de 17/10/2021 a 15/04/2022.

7 Disposições Adicionais

- **7.1** A Apólice de Seguro-Garantia deverá conter as seguintes disposições adicionais:
 - Declaração da Seguradora de que conhece e aceita os termos e condições do EDITAL de Leilão n.º 01/2021;
 - Declaração da Seguradora de que efetuará o pagamento dos montantes aqui previstos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de entrega de todos os documentos relacionados pela Seguradora como necessários à caracterização e à regulação do sinistro; e
 - c. Confirmado o descumprimento pela PROPONENTE das obrigações cobertas pela Apólice de Seguro-garantia, o Segurado terá direito de exigir da Seguradora a indenização devida, quando resultar infrutífera a notificação feita ao Tomador.
- **7.2** Os termos que não tenham sido expressamente definidos nesta Apólice terão os significados a eles atribuídos no EDITAL.
- **7.3** Ratificam-se os termos que não tenham sido alterações pelas presentes Condições Especiais e Particulares.

ANEXO C

MODELO DE FIANÇA BANCÁRIA

Se Consórcio, a PROPONENTE deverá indicar em sua qualificação a composição do Consórcio e suas respectivas qualificações. Se fundo de investimento, deverá indicar a denominação social de seu administrador e/ou gestor, conforme aplicável.

[local], [•] de [•] de [•]

À Comissão de Licitação

Estado do Rio Grande do Sul

Ref.: Carta de Fiança Bancária n.º [•] ("Carta de Fiança")

- Pela presente Carta de Fiança, o Banco [●], com sede em [●], inscrito no CNPJ/ME sob n.º [•] ("Banco Fiador"), diretamente por si e por seus eventuais sucessores, obriga-se perante o ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, CNPJ/ME sob n.º 87.934.675/0001-96 como fiador solidário da [•], com sede em [•], inscrita no CNPJ/ME sob n.º [●] ("Afiançada"), com expressa renúncia dos direitos previstos nos artigos n.º 827, 835, 837, 838 e 839 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro) e art. 794 da Lei Federal n.º 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), pelo fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Afiançada no procedimento licitatório descrito no EDITAL de Leilão n.º 01/2021 ALIENAÇÃO DO CONTROLE DA COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL ("SULGÁS"), ATRAVÉS DA OFERTA DE LOTE ÚNICO DE 10.996.948 (DEZ MILHÕES, NOVECENTOS E NOVENTA E SEIS MIL, NOVECENTOS E QUARENTA E OITO) AÇÕES ORDINÁRIAS DA SULGÁS, REPRESENTATIVAS DE 51% (CINQUENTA E UM POR CENTO) DO CAPITAL SOCIAL DA SULGÁS DE PROPRIEDADE DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, cujos termos, disposições e condições o Banco Fiador declara expressamente conhecer e aceitar.
- Obriga-se o Banco Fiador a pagar ao ESTADO o valor total de R\$ 46.389.994,83 (quarenta e seis milhões, trezentos e oitenta e nove mil, novecentos e noventa e quatro reais e oitenta e três centavos) ("Fiança") no caso de a PROPONENTE descumprir quaisquer de suas obrigações decorrentes da Lei ou do EDITAL, incluindo a recusa em assinar o Contrato de Compra e Venda, não atendimento das exigências para a sua assinatura, nas condições e no prazo estabelecidos no EDITAL, e em qualquer das hipóteses previstas no EDITAL.
- Obriga-se, ainda, o Banco Fiador, no âmbito do valor acima identificado, pelos prejuízos causados pela Afiançada, incluindo, mas não se limitando a multas aplicadas pela Alienante relacionadas ao certame licitatório, comprometendo-se a efetuar os pagamentos oriundos destes prejuízos quando lhe forem exigidos, no

prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento, pelo Banco Fiador, da notificação escrita encaminhada pelo Estado, a ser entregue em [inserir endereço físico e eletrônico do banco fiador].

- 4 O Banco Fiador não alegará nenhuma objeção ou oposição da Afiançada ou por ela invocada para o fim de se escusar do cumprimento da obrigação assumida perante o ESTADO, nos termos desta Carta de Fiança.
- O Banco Fiador obriga-se, antes de dar baixa contábil a fiança, a obter da B3 e/ou do credor, a confirmação da liberação da afiançada em relação à obrigação garantida.
- **6** Na hipótese de o ESTADO ingressar em juízo para demandar o cumprimento da obrigação a que se refere a presente Carta de Fiança, fica o Banco Fiador obrigado ao pagamento das despesas arbitrais, judiciais ou extrajudiciais.
- **7** A Fiança vigorará de 18/10/2021 a 15/04/2022, incluindo-se ambas as datas de início e de fim.
- **8** Declara o Banco Fiador que:

Testemunhas:

- i. A presente Carta de Fiança está devidamente contabilizada, observando integralmente os regulamentos do Banco Central do Brasil atualmente em vigor, além de atender aos preceitos da Legislação Bancária aplicável;
- Os signatários deste instrumento estão autorizados a prestar a Fiança em seu nome e em sua responsabilidade; e,
- Seu capital social é de R\$ [●]([●]), estando autorizado pelo Banco Central do Brasil a expedir Cartas de Fiança, e que o valor da presente Carta de Fiança, no montante de R\$ 46.389.994,83 (quarenta e seis milhões, trezentos e oitenta e nove mil, novecentos e noventa e quatro reais e oitenta e três centavos), encontra-se dentro dos limites que lhe são autorizados pelo Banco Central do Brasil.
- **9** Os termos que não tenham sido expressamente definidos nesta Carta de Fiança terão os significados a eles atribuídos no EDITAL.

[assinatura do(s) representante(s) legal(is) do banco emissor com firma reconhecida]

41

Nome:	Nome:
RG:	RG:

ANEXO D

INFORMAÇÕES DO AGENTE DE CUSTÓDIA DA ADJUDICATÁRIA

[local], [dia] de [mês] de [ano].			
À B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO			
Ref.: EDITAL DE LEILÃO Nº 01/2021 - ALIENAÇÃO DO CONTROLE DA COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL ("SULGÁS"), ATRAVÉS DA OFERTA DE LOTE ÚNICO DE 10.996.948 (DEZ MILHÕES, NOVECENTOS E NOVENTA E SEIS MIL, NOVECENTOS E QUARENTA E OITO) AÇÕES ORDINÁRIAS DA SULGÁS, REPRESENTATIVAS DE 51% (CINQUENTA E UM POR CENTO) DO CAPITAL SOCIAL DA SULGÁS DE PROPRIEDADE DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL			
INFORMAÇÕES SOBRE O AGENTE DE CUSTÓDIA DA ADJUDICATÁRIA			
Prezados Senhores,			
Informamos a vinculação entre ADJUDICATÁRIA e Agente de Custódia na operação em			
referência e nossos dados:			
Agente de Custódia:			
RAZÃO SOCIAL:			
CNPJ:			
Código na B3 como Agente de Custódia:			
Conta da Adjudicatária no Agente de Custódia:			
Contatos do Agente de Custódia:			
Nome:			
E-mail:			

Telefone:			
Nome:			
E-mail:			
Telefone:			
(Se o CONSÓRCIO tiver Agentes de Custódia	a diferentes para as consorciadas, apresentar		
	tódia de cada consorciada).		
Atenciosamente,			
Assinaturas dos renresentantes legais d	a Adjudicatária com firmas reconhecidas.		
	es legais da Adjudicatária]		
[Razão Social da Adjudicatária]			
Assinaturas dos representantes legais	s perante a B3 do Agente de Custódia.		
[Nomes dos representantes	legais do Agente de Custódia]		
[Razão Social do Agente de Custódia]			
Testemunhas:			
Nome:	Nome:		
R.G.:	R.G.:		